



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

JHONAS IRENIO DE AGUIAR

**A POLÍCIA MILITAR E A PREVENÇÃO ÀS DROGAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO:
A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS
DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD) NA ESCOLA ADAUTO FERREIRA LIMA,
EM MARACANAÚ-CE.**

REDENÇÃO - CE

2018

JHONAS IRENIO DE AGUIAR

A POLÍCIA MILITAR E A PREVENÇÃO ÀS DROGAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD) NA ESCOLA ADAUTO FERREIRA LIMA, EM MARACANAÚ-CE.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos

REDENÇÃO – CE

2018

JHONAS IRENIO DE AGUIAR

A POLÍCIA MILITAR E A PREVENÇÃO ÀS DROGAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD) NA ESCOLA ADAUTO FERREIRA LIMA, EM MARACANAÚ-CE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Data: ___/___/____.

Nota: _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Antônio Marcos de Sousa Silva (Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dr. Anderson Duarte Barboza (Examinador)
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)

REDENÇÃO – CE

2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me proporcionado chegar até aqui.

À minha família, minha esposa Germana Moura de Aguiar e minha filha Geovanna Moura Cavalcante de Aguiar, por toda a dedicação e paciência contribuindo diretamente para que eu pudesse ter um caminho mais fácil e prazeroso durante esses anos.

Agradeço aos professores que sempre estiveram dispostos a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado, em especial, a meu professor orientador Francisco Thiago Rocha Vasconcelos por aceitar o desafio de me orientar neste trabalho.

Agradeço também a minha instituição UNILAB por ter me dado à chance e todas as ferramentas que permitiram chegar ao final desse ciclo de maneira satisfatória.

RESUMO

O presente projeto de pesquisa tem como objeto o *Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência* (PROERD), criado pela Polícia Militar do Ceará em 2006. O PROERD tem como propósito oficial ser um vetor de atuação preventiva e comunitária da PM em escolas de ensino básico. O objetivo da pesquisa será analisar a sua implementação na escola Aduino Ferreira Lima, em Maracanaú, considerando dois aspectos: 1) a avaliação do programa a partir dos profissionais da escola e na visão do público-alvo (crianças da 5ª à 7ª série); 2) as diferentes representações no interior da PM sobre a importância e o significado do Programa. A partir disso, a pesquisa busca questionar: o PROERD se constitui uma ação efetiva na prevenção ao uso de drogas ou uma tática de legitimação do trabalho policial? Como avaliar as práticas didático-pedagógicas e mensurar seus resultados? Existe aceitação de práticas educativas praticadas por policiais? Quais as tensões e significados presentes entre os profissionais da escola, as crianças e os policiais?

Palavras-chave: Uso de drogas. Prevenção. Polícia militar. Educação. Crianças e adolescentes.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	6
1.1	O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)..	6
2	JUSTIFICATIVA.....	111
3	OBJETIVOS.....	122
3.1	Objetivo geral.....	122
3.2	Objetivos específicos.....	12
4	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
4.1	O uso de drogas na sociedade.....	13
4.2	Políticas de prevenção ao uso de drogas: um histórico das diferentes abordagens.....	18
4.3	O papel da Escola na prevenção do uso e do abuso de drogas.....	23
5	REFLEXÕES METODOLÓGICAS.....	266
	REFERÊNCIAS.....	29
	APÊNDICES.....	32

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa tem como tema as ações de prevenção do uso e abuso de drogas que tem como público alvo crianças e adolescentes no ambiente escolar. Quais os desafios se apresentam para a sociedade e para o poder público? Como os profissionais da educação refletem e agem sobre o assunto? Como se dá a relação entre escolas e famílias na busca pela superação deste problema? Como considerar o difícil processo de formação de crianças e adolescentes em uma sociedade interligada por novas formas de comunicação, que muito difere da realidade vivida pelos pais em suas respectivas épocas de socialização.

De modo mais concreto, será feita a análise da atuação do *Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência* (PROERD). O PROERD foi implantado na Polícia Militar do Ceará em 2006 e tem como propósito oficial ser um vetor de atuação preventiva e comunitária da PM em escolas de ensino básico. O objetivo da pesquisa será analisar a sua implementação na escola Adauto Ferreira Lima, em Maracanaú-CE. A análise buscará abordar dois aspectos: 1) a avaliação do programa a partir dos profissionais da escola e na visão do público-alvo (crianças da 5ª à 7ª série); 2) as diferentes representações no interior da PM sobre a importância e o significado do Programa.

A partir disso, a pesquisa busca questionar: o PROERD se constitui uma ação efetiva na prevenção ao uso de drogas ou uma tática de legitimação do trabalho policial? Como avaliar as práticas didático-pedagógicas e mensurar seus resultados? Existe aceitação de práticas educativas praticadas por policiais? Quais as tensões e significados presentes entre os profissionais da escola, as crianças e os policiais?

1.1 O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)

O PROERD surge inspirado em iniciativa implementada na cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos, em 1983. Um trabalho conjunto entre estudiosos e profissionais da área de segurança, que originou um Programa conhecido como DARE (*Drug Abuse Resistance Education*). Programa similar é realizado em vários países (Canadá, Austrália, Nova Zelândia, México, Porto Rico). Nos anos 90, assinala-se uma tendência das Polícias Militares dos Estados da Federação Brasileira a buscarem alternativas educacionais na área de prevenção à violência. A primeira experiência de implementação do PROERD se realizou na

PM do Rio de Janeiro, em 1995. Podemos citar outros exemplos de estados que tem em suas polícias o programa PROERD há alguns anos a frente do Ceará, como Minas Gerais teve início dos seus trabalhos no ano de 1997, com uma capacitação realizada pela polícia militar de São Paulo, com a formação de 5 policiais militares como instrutores. Já a Polícia Militar de São Paulo teve início logo após a do estado vizinho, Rio de Janeiro, no ano de 1993. No ano seguinte a PMSP montou um centro de formação para instrutores para o estado de São Paulo e 18 estados e Distrito Federal. A polícia militar do Distrito Federal realiza ações voltadas ao enfrentamento às drogas desde ano de 1998, quando adotou três currículos para o trabalho diferenciado pela idade escolar das crianças alvo do programa do 5º ao 7º ano (RATEKE, 2006).

O PROERD se autodenomina como uma proposta de “*inovação*” pedagógica no campo da prevenção e se encaixa como modelo de policiamento comunitário/proximidade que tem o objetivo de estreitar os laços de proximidade entre o poder público polícia ostensiva / investigativa e a sociedade tendo um papel de destaque nesta parceria, pois apontaria onde seria atuação da polícia de acordo com a necessidade e conveniência da ação, com uma política voltada à filosofia estratégica e organizacional visando a parceria entre a polícia e a comunidade, toda esta ação passa pela melhoria do trabalho policial ofertado buscando uma melhor serventia a sociedade, como prestador de serviço público de qualidade e objetivo claros, visto há uma grande necessidade de que novas políticas de segurança pública sejam implantadas, tendo como foco a integração comunitária, com a reestruturação da polícia na democracia participativa, com profundos investimento em programas de prevenção e na qualidade do serviço policial, (polícia preventiva e ostensiva a Polícia Militar, polícia investigativa ou judiciária a Polícia Civil)

Modelo de policiamento iniciado nos anos 70 no Canadá, e também em Londres, em Portugal (policiamento de proximidade). O Canadá foi o país este que inclusive serviu de modelo para o programa Ronda do Quarteirão implantado aqui no estado do Ceará pelo então governador Cid Gomes. Ressalta se este modelo de policiamento, pois busca estreitar as relações entre sociedade e estado, buscando uma melhor divisão do serviço realmente atendendo de fato quem sofre com as ações criminosas, o PROERD pode ser visto como um braço deste modelo de policiamento que atua no ambiente escolar, junto à comunidade e as crianças e adolescentes em idade escolar. Pois em sua filosofia trás um trabalho em parceria com Escola / Polícia / Família.

O PROERD pode ser visto também como uma estratégia de aceitação ou transformação da visão da sociedade em relação às forças de segurança, em destaque para as

polícias militares. Trata-se de um modelo de policiamento comunitário, como o proposto pelo Ronda do Quarteirão a partir de 2007 no Governo de Cid Gomes, e em estados como Rio de Janeiro com UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) no ano 2008.

No setor educacional, além de se implantar o PROERD como uma disciplina escolar aplicado por todo um semestre letivo, a Polícia Militar, por meio do policial PROERD desenvolve também todo um trabalho de cidadania enfocando não só para os direitos da criança e do adolescente previstos na legislação vigente, como também das suas obrigações diante cada direito e ainda promove a aproximação da Instituição policial para com as crianças e conseqüentemente da própria comunidade derrubando mitos e tabus até então existentes de ser o policial um dos tentáculos do Estado que está ali apenas para prender ou reprimir (OLIVEIRA; FROTA, 2010, p.48).

Ao mesmo tempo, o Programa cria uma potencialidade: a mudança interna de concepção de policiais militares a respeito de temas sociais, havendo uma efetiva ação do policiamento comunitário, que propõe ao agente de segurança uma maior compreensão da mediação dos conflitos sociais. Uma realidade bastante recorrente em nosso país é a inexistência de uma política forte de investimentos em instituições que trabalhem a prevenção. Busca-se equivocadamente atuar primeiramente na correção/repressão/punição. Com o crime e tráfico de drogas não é diferente. Nesse sentido, o PROERD poderia se somar em parcerias com instituições, universidades e ONG's para ajudar na atual conjuntura no que diz respeito ao uso de drogas presente em nosso país.

No Ceará, o PROERD iniciou no ano de 2001 com sua implantação através de uma política afirmativa e de combate às drogas, buscando uma política pública de segurança de forma diferente do convencional (policiamento comunitário, só foi apresentado na gestão do então governador Cid Ferreira Gomes 2007-2010). O Cel. Francisco Austregésilo, após participar de alguns eventos que afirmavam esta necessidade, buscou através da Polícia Militar de São Paulo e de Santa Catarina a realização de um curso de formação para 20 instrutores, dando a partida do PROERD no estado do Ceará (OLIVEIRA; FROTA, 2010, p.48).

Porém no ano de 2006, mais precisamente no decreto N°. 28.232 de 4 de maio de 2006 (publicado no DOE N°. 85 de 08 de maio de 2006) em seu artigo 1° que fica institucionalizado a polícia militar do Ceará (PMCE) programa educacional de resistências as drogas (PROERD).

Sua implantação ocorreu com sua afirmação na polícia militar através de criação de uma portaria 008/2014, data 14/01/2014 publicada em boletim interno da polícia militar,

sendo descrito toda a sua estrutura de funcionamento e finalidade, tornando pública a instituição sua estrutura de funcionamento do PROERD em nosso estado.

Em termos práticos, o PROERD é direcionado as escolas públicas e privadas, junto a crianças em idade escolar do 5º ao 7º ano. Esta tarefa é realizada por um policial instrutor. São realizados 15 encontros com um total de 10 lições, todas acompanhadas por uma cartilha destinada ao propósito de ilustrar e facilitar a didática do ensino. Estes encontros objetivam construir um senso crítico na criança, permitindo que a mesma possa analisar e realizar a melhor escolha diante da realidade do convívio com as drogas. O policial instrutor é capacitado em curso presencial realizado pela Academia Estadual de Segurança Pública (AESP) A formação é realizada por um curso presencial com uma carga horária de 80 horas, na qual os instrutores discutirão e aprenderão estratégias pedagógicas para passar às crianças.

Percebe se que atual conjuntura social da política de implantação do PROERD em nosso estado, que este programa além de não ter buscado atender as escolas em todos os bairros da cidade e também não se interiorizado por todo o estado, vem atuando pontualmente em todas suas regiões que se acredita haver uma predominância da violência e do tráfico de drogas. Sua atuação se limita, por exemplo, em escolas de bairros carentes (Vicente Pinzón, Bom Jardim - Fortaleza e a escola objeto no bairro Timbó - Maracanaú) onde se poderia buscar uma atuação mais ampla ate como forma de divulgação do trabalho tornado o projeto conhecido por mais possíveis escolas interessadas. Já em escolas particulares também há solicitações da presença dos instrutores para ministrar o curso, porém em menor número em relação às escolas públicas atendidas, isto leva ao questionamento se esta necessidade e realmente predominante em escolas públicas devido aos seus alunos tratarem de pessoas desfavorecidas de fatores financeiros e sociais.

Contudo, nota-se certo descompasso na gestão desta política de enfrentamento às drogas, pois se trata de um programa de combate às drogas exercido pela policia militar, sendo esta pertencente à secretaria de segurança pública e defesa social SSPDS; percebe-se uma burocracia no repasse de meios necessários para o desenvolvimento da atividade. Em nosso estado pouco se tem investido em formação para novos instrutores visando aumentar o número de escolas e jovens e crianças contempladas pelo projeto.

O Estado do Ceará no quesito formação policial tem todo o material ministrado às forças de segurança (policia militar, policia civil, bombeiro militar, pericia forense) à cargo e responsabilidade da AESP, onde foi concentrada toda a demanda de formação e capacitação de novos cursos. Com o PROERD não é diferente. Ele acaba concorrendo com toda uma agenda programada para se inserir no rol dos cursos ofertados pela academia de segurança.

Claro que esta agenda é submetida a uma equipe de avaliação que atende as necessidades e demandas da realidade da segurança do estado, porém fica a questão: se os desafios da prevenção as drogas (política do PROERD) está tão visível no estado, há uma real defasagem no número de instrutores do programa.

Obtivemos algumas informações através de conversas preliminares com quatro instrutores. Foi possível perceber algumas adversidades na realidade do projeto: na realização de um curso capacitação (reciclagem) realizada no início do mês de setembro 2018, por exemplo, somente houve a presença de 46 instrutores em atividade para todo o estado do Ceará; no cronograma anual da AESP não faz parte o curso para formação de novos instrutores para o PROERD; também foi informado que não há previsão para futuras turmas.

Em relação ao município de Maracanaú, há cerca de 90 unidades escolares municipais, e 70 privadas. Porém, só há dois monitores para atendê-las. Isto nos leva a crer que por motivos como estes e outros fatores mais, não se tenha em diversas cidades a presença de trabalhos de prevenção primária, como o PROERD. Sendo uma lei estadual (Lei nº 13.967, de 04 de Setembro de 2007¹) há diversos municípios que não contam com a presença do projeto. Isto torna quase que imperceptível o valor deste serviço à comunidade.

Diferentemente da existência do uso de drogas em todo o estado do Ceará, ações de combate primário como esta não existem de forma estruturada por parte do estado. Estase torna uma luta desigual, na qual o mais forte irá continuar a ganhar esta batalha injusta. Sendoque, quem perderá com isto serão as crianças, adolescentes, famílias e professores que sofrerão com a difícil convivência com os problemas decorrentes.

¹ Disponível em: http://www.casamil.ce.gov.br/images/PDF/Leis_ordinarias_estaduais/lei_13.967.pdf
Acesso em: 21 set. 2018.

2. JUSTIFICATIVA

O interesse por este tema se desenvolveu a partir da experiência na Polícia Militar, pois o que se registrava nesta instituição eram, muitas vezes, visões que desmereciam o PROERD, visto como uma política desnecessária e até como uma atividade que não seria um “serviço de polícia”, devido o trabalho social que se prestava dentro das comunidades escolares assistidas pelo projeto. Diante dos diversos posicionamentos, favoráveis e contrários, não se podia traçar uma visão confiável sobre o tema. Com o ingresso na UNILAB, surgiu a oportunidade de realizar um trabalho acadêmico para sanar estas dúvidas, através de uma análise mais aprofundada sobre como funciona o PROERD, ao mesmo tempo em que aberto para uma desmistificação das políticas públicas de prevenção às drogas.

Temos como motivação para a realização deste estudo, portanto, promover discussões que levem a mudanças na forma de discussão sobre o tema e buscar, junto à sociologia, à pedagogia e áreas afins, instrumentos de análise e de intervenção que possam auxiliar a melhoria da escola como ambiente essencialmente importante para a criança e o adolescente. Destacamos, sobretudo, a interação com gestores e profissionais da educação para a criação de estratégias mais objetivas, eficientes e menos danosas para uma convivência respeitosa por conta da vulnerabilidade social e por conflitos interpessoais, para dar subsídios aos alunos fazerem a devida leitura do problema e enfrentar esta realidade que os cerca da melhor possível.

Em relação ao Estado, à Polícia Militar e ao PROERD, pretendemos analisar as potencialidades e os limites das experiências, e sugerir mudanças no sentido de uma visão profissional menos “taxativa, atravessada, preconceituosa”. A expectativa é gerar no profissional de segurança uma visão mais complexa, sensível e próxima às experiências de vida da população, para que em momentos críticos haja uma postura de resolutividade satisfatória, sempre com o foco na expertise para educação da criança.

Busca-se uma postura de policiamento comunitário que é fundamentado na interação entre polícia e comunidade onde os esforços estão voltados para uma aproximação polícia e comunidade, onde a polícia age preventivamente com o cidadão identificando a necessidade da atuação da polícia, tornando a abordagem policial mais inteligente conseqüentemente mais eficaz, justa e pontual no foco da necessidade.

3.OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar a implementação do PROERD como ação educativa na prevenção ao uso de drogas tendo como campo de pesquisa a EMEIEF Aduino Ferreira Lima em Maracanaú-CE.

3.2 Objetivos específicos

- Entender a missão do PROERD como política pública de combate as drogas;
- Identificar as diferentes abordagens na prevenção ao uso de drogas realizadas na escola;
- Identificar a percepção das crianças e sua aceitação à abordagem e ao conteúdo do PROERD;
- Compreender como o PROERD é avaliado pelos profissionais da escola;
- Compreender como o PROERD é avaliado pelos policiais.

4.REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 O uso de drogas na sociedade

Quando se fala em drogas percebe-se que ainda há um longo caminho a percorrer na busca de agir sobre as causas e minimizar seus efeitos. As drogas tornaram-se um problema de toda a sociedade, pois já tem indícios de sua presença em diversas camadas da sociedade causando diversos transtornos a indivíduos que as não administraram na sua justa medida, ou descambaram ao descontrole e até mesmo ao vício, ocasionando diversos fatos e problemas posteriores dos mais diversos e complexos possíveis. Fato este que nos leva a constatar que drogas não é problema exclusivo de polícia e sim um problema de políticas sociais e de saúde pública, que deve ser encarado com seriedade, tornando-se cada vez mais necessário a presença de políticas de combate e investimentos em estudos e formas de prevenção, além de novas maneiras de minimizar os danos causados.

As drogas lícitas como álcool, tabaco e medicamentos são as que acarretam mais problemas à sociedade, devendo ser também objeto da prevenção (Soares, 1997).O uso de drogas lícita e ilícita podese aceitar ou percebido, em nossa sociedade contemporânea de formas distintas, a beira da irracionalidade, de forma a ignorar os efeitos causados pelo uso descontrolado dentro da sociedade. Por exemplo, facilmente se aceita ingerir bebida alcoólica em níveis consideráveis e, logo em seguida, assumir o volante de um carro, pois o risco desta conduta não envolve somente a vida do condutor, mas das demais pessoas que cruzarem o seu trajeto.

Com relação ao cigarro, é exigida apenas uma distância para que não haja contato da fumaça com nenhuma outra pessoa que não esteja fumando, ou seja, não existe nenhuma outra “sanção” social, exceto a de não fumar em ambientes fechados.

Para refletir sobre o assunto da perspectiva das políticas públicas de prevenção, precisamos conhecer também como a legislação brasileira define o que é droga, de acordo com a Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006 (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD): “[...] consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União” (BRASIL, 2006, online).

Em síntese, as drogas são distinguidas como lícitas (cigarros e bebidas alcoólicas) e ilícitas (maconha, crack, cocaína, ecstasy e LSD). No texto da lei são citados todos os princípios e diretrizes sobre a política do combate e prevenção às drogas. O SISNAD é o sistema articulador e coordenador de políticas pública de prevenção. Porém, pouco se tem visto de concreto nesse trabalho árduo e importante, capaz de incentivar os gestores públicos a terem uma maior seriedade nas ações de combate e prevenção de uso das drogas. Isto se torna mais evidente em ambientes mais vulneráveis, como escolas e praças públicas, onde jovens e crianças buscam espaços para diversão, locais estes propícios a aliciamento por usuários e vendedores de substâncias diversas que se encaixam no contexto das drogas.

Podemos perceber através da sociedade a existência de uma linha imaginária impedindo o reconhecimento do cigarro e do álcool como droga lícita, pois desprezam os seus efeitos e conseqüências por se manifestarem em longo prazo na maioria das vezes, como podemos observar no caso dos fumantes. A exceção do álcool quando propulsor de um acidente de trânsito que o efeito pode ser irreversível, levando até a morte. Ou nos casos de alcoolismo cujas alterações e perturbações enfrentadas pelo alcoólatra, em decorrência do estado de embriaguez, faz com que ele cometa violência doméstica contra esposa e filhos, sendo que se imagina o ambiente familiar como espaço de acolhimento e proteção, onde seja administrados e geridos problemas do convívio familiar.

Com a maconha percebemos já uma postura criminalista seja por parte da sociedade, da mídia ou da polícia. Todos agem de forma preconceituosa exigindo do usuário uma postura de negação perante a família e amigos fazendo com que sejam reclusos apenas ao grupo de dependentes a essa substância. Comportamento este que subjuga o usuário como maconheiro e problemático, como um indivíduo à parte ou incapaz de viver na sociedade. São atitudes encaradas como comportamentos desviantes, e logo diversos métodos de controle social serão ligados com intuito de inibir a ação. As práticas de controle social são as mais diversas, fazem suas regras de impor seus preceitos a toda a coletividade, os que a ela não aceitam são muitas vezes excluídos e taxados de estranhos (outsiders). Ao jovem que opta espontaneamente pelo consumo de maconha possivelmente residindo em uma zona urbana estará fadado a conviver com fatores de opressão por conta do ato, o sigilo que deverá ter no momento de fumar seu “baseado”, o medo que alguém note ou perceba a “lombra”. Nesse sentido, aprender a gostar de maconha é uma condição necessária, mas não suficiente para que uma pessoa desenvolva um padrão estável do uso de drogas. Ela precisa lutar ainda com as poderosas forças de controle social que fazem o ato parecer inconveniente, imoral ou ambos (BECKER, 2008).

Os princípios morais pertencem a toda a sociedade, mas quando citamos o uso de droga (maconha) parece ser ativados diversos ao mesmo tempo. Ato de fumar é ligado direto a prática de crime, criando um estereótipo físico, pessoa lesada, largado, nem aí para nada, sujeito incapaz de pensar.

Outro aspecto relevante é a questão do fornecimento, pois a venda, posse, cultivo configura crime, como fazer para utilizar e onde comprar. Ter que se sujeitar a comportamento mais velado ainda a busca pelo fornecedor confiável que não o trará nenhum risco de exposição ou até mesmo de envolvimento no ato comercial, configurado como crime. Fato que coloca o usuário em uma posição muito estreita e desconfortável por uma atitude que diretamente só acarreta “problemas”, consequência ou supostos dano ao usuário direto. Percebe-se que o usuário de maconha paga um preço caro e constrangedor em relação às drogas lícitas como o álcool que acarreta maiores danos a sociedade, como constatado nos números de acidentes envolvendo condutores alcoolizados.

As drogas ilícitas já vislumbram uma percepção mais direta de conhecimento sobre os efeitos, causas e consequências percebidas até pela exposição midiática e programas de “combate as drogas”, torna esta percepção mais sensível, por causada questão da criminalização causar certa conotação de medo e preconceito que afasta da busca do conhecimento.

Não podemos desprezar a representatividade que a droga exerce perante os jovens em momentos de interação social, pois geram diversos comportamentos, podendo incentivar ou afastar devido às diversas variáveis que permeiam esta atitude como: família, educação, bairro de residência e condição financeira. Por isso, é fundamental o apoio do Estado na busca de minimizar estas diferenças de modo a propor à criança ou adolescente o conhecimento, com espaço saudável e longe de ofertas externas, sobretudo aquelas relacionados ao ambiente escolar:

Cabe também destacar a complexidade que permeia a construção cultural e histórica daquela coletividade que interfere no uso ou não de drogas por jovens. Assim, nenhum elemento específico pode ser analisado isoladamente, tendo em vista que coexistem múltiplos componentes que se relacionam e contribuem para o uso de psicoativos (COSTA *et al.*, 2012, p.809).

Pode haver dentro do contexto social comunitário comportamentos antagônicos, visto que o adolescente passe por uma experiência de suposta validação ao grupo que deseja se inserir, onde o adolescente tenha que passar por desafios dos mais variados, como ser exigido a ele o primeiro contato com a droga, como forma de demonstrar que está apto a

pertencer ao grupo. Porém, dentro do mesmo contexto quando um jovem pertence a outro grupo paralelo, por exemplo, a igreja, pode lhe dar motivos que o leve a resistir à oferta. Outras situações são conflitos familiares, convivência desregulada com os responsáveis legais, que também influenciam no comportamento dos filhos:

Com efeito, a dinâmica familiar que não atende ao modelo “tradicional”, isto é, que não cumpre sua função de educadora, aparece, na fala dos jovens e na literatura, como importante fator de risco, criando condições que facilitam o consumo de drogas lícitas ou ilícitas entre seus membros. Por outro lado, a mesma categoria *família*, quando consegue desempenhar adequadamente seu papel de orientadora e educadora, é indicada pelos moradores adolescentes do Pirambú como maior fator de proteção, isto é, quando atende aos seguintes requisitos: capacidade de diálogo entre pais e filhos, apoio a estes em momentos difíceis, e maior atuação sobre sua rotina (COSTA *et al.*, 2012, p. 809).

O texto acima nos leva a uma educação familiar tradicional, com funções e obrigações bem definidas pelos pais. Porém traz a necessidade de um espaço (momento) para o debate e a conversa entre os membros da família, no qual será exposto e debatido as dúvidas e problemas corriqueiros bem como as possíveis surpresas (drogas, sexo, violência) de uma criação em família. Mostra-nos também, a necessidade de mudança na postura em relação aos filhos, em vez de apenas impor o que deve ser feito para dialogar sobre o que está ocorrendo. Busquemos todas as formas de crescimento e melhoria do respeito não só entre as famílias que isto possa ultrapassar as linhas de casa alcançando os demais espaços como a escola e a comunidade.

A inserção dos jovens no consumo de drogas se dá, portanto, por diversos fatores diversos como o uso recreativo associado ou não a alguma atividade esportiva em determinados momentos e grupos. Estes grupos se reúnem e seus membros optam ou não pela prática. Após o evento esportivo onde acontece comemoração, o grupo se encontra em local pré-definido para “comemorar”, em se tratando de partidas de futebol, futsal, handebol citamos a chamada “barca” nome dado ao evento, no qual muitas vezes é tão comemorado como a partida de futebol, até mesmo independentemente do resultado da partida.

O uso de drogas muitas vezes é justificado como fuga ou refúgio da realidade dos “problemas” do cotidiano do estresse, advindo muitas vezes de problemas sociais ocasionados por faltas de estrutura em nossa sociedade, problemas que causam danos e desequilíbrios latentes em nosso meio como desemprego, violência, conflitos familiares entre outros. Pois devido à grande incidência é perceptível em todas as áreas e classes de nossa sociedade “os órgãos governamentais, na maioria das vezes, atuam isoladamente e dificilmente conseguem

traduzir suas propostas em ações práticas” (NOTO; GALDURÓZ, 1999, p.147). Fatores que vão além dos problemas sociais, falta de investimento nas políticas de combate ao crime e tráfico de drogas, avanço da criminalidade em regiões pobres, nas quais crianças e adolescente são aliciados e recrutados para o tráfico de drogas. Falta de políticas de combate às desigualdades econômicas, fazem com que a criança de comunidades atingidas pelas desigualdades já cresçam com o pensamento voltado para estas atividades criminosas.

O apoio e acompanhamento da família em seu desenvolvimento na comunidade e na escola quando omitida ou na sua falta podem gerar sérios danos ao adolescente. “Hoje se sabe que as relações familiares constituem um dos fatores mais relevantes a ser considerado, mas de forma combinada com outros” (SCHENKER, MINAYO, 2005, p.709). Falta de projetos de desenvolvimento de arte e esporte como opção de ocupação do tempo ocioso, não está na escola, mas dentro das comunidades. Onde o envolvimento de jovens é percebido por falta de oportunidade que possam afastar do local de risco, tornando essas crianças expostas e suscetíveis à inserção no caminho das drogas. Como mostra Canolettie Soares (2005) em seu trabalho sobre consumo e uso de drogas no Brasil no período de 1991 a 2001:

O Estado não imprime esforços no sentido de adequar a distribuição de renda e garantir os direitos sociais, aumentando, assim, a parcela de marginalizados. As conseqüências são sempre mais perversas nos bairros pobres, que constituem os setores privilegiados de recrutamento de narcotraficantes e de consumidores (CANOLETTI; SOARES, 2005, p.117).

Hoje sabemos da existência de trabalho social como o realizado na cidade de Fortaleza pelo CUCA (Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte), criado no mandato municipal da prefeita Luizianne Lins, garantem uma maior rede de aproximação com as comunidades mais pobres. São oferecidos trabalhos na área do esporte, ciência, arte e cultura, além disso, busca-se o protagonismo juvenil em todas as atividades realizadas no projeto.

Mas para uma mudança efetiva, é preciso ainda pensar em duas instituições fundamentais: a mídia e a escola. A mídia exerce certa influência por associar ao consumo de álcool e tabaco imagens de artistas e momentos de sociabilidades, sensualidade, gerando uma possível zona de conforto com esses produtos. Não podemos deixar de citar que também há pela mídia a exposição de fatores negativos, no qual podem gerar consequência no distanciamento dos jovens nessa conduta.

Com relação à escola, ninguém desconhece que essa instituição é hoje alvo do assédio de traficantes e repassadores de substâncias proibidas, prevendo-se o aliciamento por

pares. À medida que há diversos momentos de interação e convívio social de jovens nas escolas, estes espaços tornam-se os alvos preferidos dos potenciais aliciadores. Mas a escola tem um papel fundamental como agente transformador e gerador de oportunidades das mais diversas (SCHENKER; MINAYO, 2005).

4.2 Políticas de prevenção ao uso de drogas: um histórico das diferentes abordagens

Diante da necessidade de se combater o avanço do tráfico de drogas, teve início nos anos 80 a política de prevenção “combate às Drogas” que busca um afastamento dos que não tiveram contato com droga, no caso de usuário ocasional, procurar afastá-lo da prática tida como reprovável ou imoral. A mesma exerce uma postura com enfoque alarmista, repressivo e intolerante que busca através do combate primário, com a exposição de causas e efeitos das substâncias no organismo e no convívio social. Agregando a prática um possível comportamento desviante ou criminoso à prática, tida como inaceitável dentro da sociedade proposta.

A droga é considerada causa dos problemas dos indivíduos; idealiza-se uma sociedade livre de drogas, aceitando-se somente a abstinência como meta; as informações são tendenciosas; os métodos são alarmistas, amedrontadores e generalizadores; responsabiliza-se o indivíduo pelo consumo e se requer exclusivamente dele os esforços para mudança de comportamento (CANOLETTI; SOARES, 2005, p.120).

Pode ser vista como uma metodologia de abordagem excludente, pois trata o usuário como uma pessoa potencialmente problemática com distúrbios ou problemas, de forma a segregar pessoas que utilizam drogas, com comportamentos que buscam de alguma forma gerar um afastamento visando um controle social como citado:

Os controles sociais afetam o comportamento individual, em primeiro lugar, pelo uso do poder, a aplicação de sanções. O comportamento valorizado é recompensado, e o comportamento negativamente valorizado é punido. Como seria difícil manter o controle caso a imposição se tornasse sempre necessária, surgem mecanismos mais sutis que desempenham a mesma função (BECKER, 2008, p.69).

Há alguns autores que já mais longe em suas análises da política de combate às drogas, relatam que sua eficácia é contestável, e não apresentam resultados significativos, apenas casos de certa forma isolados.

Diversos estudos têm apontado as inúmeras limitações e complicações relacionadas às medidas proibitivas como a restrição à venda de medicamentos psicotrópicos, a repressão ao tráfico de drogas ilícitas, o controle policial voltado aos usuários e outros. A restrição ao acesso a determinada droga, enquanto medida isolada, pode diminuir o consumo da mesma, porém, em geral, desencadeia um processo praticamente imediato de substituição daquela substância por outras mais disponíveis (NOTO; GALDURÓZ, 1999, p.148).

Devemos atentar as possíveis e diferentes maneiras de abordar o tema prevenção ao uso de droga. Segundo Schenker e Minayo (2005), a necessidade de se olhar os dois lados, o do desejo e o do dano, no caso do uso de drogas, pois se trata de substância que causa dependência, visto a necessidade de aplicação de metodologia mais social e menos repressora, RD (redução de dano) que aborda o adolescente no contexto de consumo ocasional ou regular. Em uma postura socialmente diferenciada em meio à necessidade de buscar uma postura com melhor eficácia, e que ao mesmo tempo valida o fato que as drogas sempre estiveram presentes em diversas sociedades, em momento passado e em sua contemporaneidade.

Crítica explícita à política de guerra às drogas; a demanda e a oferta de drogas lícitas ou ilícitas fazem parte do processo histórico e social contemporâneo; os objetivos da prevenção abrangem qualquer avanço que minimize os prejuízos que possam advir do consumo de drogas; admite-se diferentes tipos de uso; a educação deve despertar a crítica, com projetos de fortalecimento dos indivíduos e grupos ou classes sociais; os métodos são participativos e inclusivos; os projetos são específicos para cada situação (CANOLETTI; SOARES, 2005, p.120).

Diante do apresentado também podemos citar outra forma de enfrentamento as drogas, pois alguns estudiosos vêm às medidas convencionais como obsoletas e sem nenhum resultado e ou fracassada, apresentando uma nova modalidade pelo conceito Redução de Dano (RD). Trata-se de uma abordagem mais sociológica e mais humana, buscando uma compreensão das circunstâncias ou causas que levaram ao contato com as drogas, utilizando quando desejado uma método descontinuado de acordo com conveniência do jovem, diferenciando do choque com a metodologia de trabalho de programas anteriores, que tiveram veiculação nas mídias televisivas tipo “guerra às drogas”, “drogas nem morto”.

Os processos convencionais que buscam mostrar apenas causas e efeitos danosos ao corpo e a mente, com dados e números que podem não surgir o efeito desejado. Esta forma paralela, ainda em fase de desenvolvimento, vem ganhando força, pois busca de forma suave tratar o tema com bem mais respeito às escolhas e oportunidades que o indivíduo escolheu em seu ambiente social:

Assim, a concepção de RD utilizada centra-se em um conjunto de saberes e práticas acerca do uso de drogas fundamentadas no conhecimento amplo da realidade histórica e sociocultural. Dentre eles, destaca-se a evidência de que a produção, o comércio e o consumo de drogas são práticas que sempre estiveram presentes na história da humanidade, ganhando significados e funções de acordo com o momento. Assim, a concepção de RD utilizada centra-se em um conjunto de saberes e práticas acerca do uso de drogas fundamentadas no conhecimento amplo da realidade histórica e sociocultural. Dentre eles, destaca-se a evidência de que a produção, o comércio e o consumo de drogas são práticas que sempre estiveram presentes na história da humanidade, ganhando significados e funções de acordo com o momento social, político e econômico de cada sociedade. Considerando a inevitabilidade do uso de drogas, as ações de RD objetivam minimizar os prejuízos individuais e sociais associados a essa prática a partir do respeito às diversas singularidades e do resgate do direito individual de escolha e de acesso aos serviços de saúde (ADADE; MONTEIRO, 2014, p.217).

Quando citamos a metodologia RD (redução de danos), percebemos críticas dos setores conservadores a essa política de redução de dano. Noto e Galduróz (1999, p.149) afirmaram que “embora esse uso já tivesse sua importância reconhecida internacionalmente, no Brasil foram inúmeras as resistências políticas para a implementação de projetos voltados para a redução de danos”. Parte do entendimento que determinadas pessoas continuaram a utilizar drogas independente das ações tomadas para se proibir o ato, essa metodologia trabalha para reduzir os efeitos negativos do uso contínuo de drogas pelo indivíduo e na comunidade que ele participa.

Nessa proposta desafiadora de novas formas de prevenção ao uso de drogas eis que surge um método conhecido como transição, cuja metodologia apresenta uma forma dupla de trabalho, pois em sua abordagem se parece muito com Redução de dano RD, mais outra linha de pensamento é apresentada, em que se busca uma aceitação da sociedade acerca da visão sobre as drogas.

Uma realidade que vem sendo iniciada somente ainda no eixo Rio/São Paulo, principalmente por ONG's e alguns pesquisadores que iniciaram os estudos com pesquisas sobre HIV e sentiram, com o intuito de encontrar propostas de prevenção mais sensata através uma postura técnica e científica para o tema. Pois, acredita-se que, mecanismo de prevenção (tradicionais) como o “guerra as drogas” trata se de políticas obsoletas:

O uso de drogas é em geral tomado como disfuncional, multifatorial e identificado com os pressupostos da prevenção primária; há superposição de perspectivas teórico-metodológicas; objetiva-se prevenir ao mesmo tempo o uso, o uso indevido ou o abuso; apresenta comunalidades com a abordagem da redução de risco/danos, principalmente no que se refere à: aceitação de que o consumo de drogas é histórico e processual; utilização de informação

científica e ênfase na formação educacional e na utilização de métodos participativos (CANOLETTI; SOARES, 2005, p.120).

Como maneiras de prevenção são apresentadas três tipos de prevenções que são a primária, secundária e terciária, que variam de acordo com o nível de conhecimento, envolvimento do indivíduo (criança/jovem) com as drogas:

Prevenção primária: É o conjunto de ações que procuram evitar a ocorrência de novos casos de uso abusivo de psicotrópicos ou até mesmo um primeiro uso. Esse tipo de intervenção pode ser realizado dentro de diferentes enfoques, sendo a divulgação de informações o mais conhecido. [...] Prevenção secundária: É o conjunto de ações que procuram evitar a ocorrência de complicações para as pessoas que fazem uso ocasional de drogas e que apresentam um nível relativamente baixo de problemas. Essas ações buscam sensibilizar as pessoas a respeito dos riscos, favorecendo a mudança de comportamento através do aprendizado de novas atitudes e escolhas mais responsáveis. [...] Prevenção terciária: É o conjunto de ações que, a partir de um problema existente, procura evitar prejuízos adicionais e/ou reintegrar na sociedade os indivíduos com problemas sérios. Na prática, essas ações envolvem o identificar e o lidar com casos emergenciais (como síndrome de abstinência, overdose, tentativas de suicídio, etc.) e/ou com pacientes portadores de problemas que necessitam encaminhamento (hepatite, AIDS, cirrose, entre outros). Também envolvem a orientação familiar e o auxílio na reabilitação social dos usuários (NOTO; GALDURÓZ, 1999, p. 148-149).

Entre os tipos de enfrentamento e os respectivos níveis de abordagem ao tema em destaque para a política de combate e prevenção às drogas, no que tange ao ambiente escolar podemos frisar a prevenção primária. Quando citamos ambientes como as escolas, surge um grande desafio que é uma abordagem voltada às crianças e adolescentes.

A prevenção primária encaixa se perfeitamente no momento de evitar o ingresso de crianças e jovens no submundo das drogas, ele fará com que a criança obtenha informações que lhe ajudaram a melhor se sair no momento que houver alguma dúvida sobre o tema droga.

Pode se firma que para se haver um sucesso neste trabalho deve se levar em conta toda uma análise da conjuntura social e humana da população que se pretendendo atender, para poder ser delimitado o público alvo e as metas podem começar a se realizar o trabalho preventivo que se divide em três etapas primário secundário e terciário.

A prevenção primária se encaixa em justas medidas educacionais que visão afastar a criança e o adolescente da ociosidade lhe proporcionado a interação e convívio com atividades esportivas e educativas que lhe causam prazer, trazendo informação que busquem uma visão critica de educação para a saúde e bem estar e deve ser apoiada e ter como base de

sustentação os seus educadores naturais família (pais e responsáveis, este que por sua vez devem apoiar acompanhar e incentivar) e professores.

O fato de que nosso estado basicamente existir a presença de apenas o PROERD como política pública de prevenção as drogas em escolas e com um trabalho continuou já há alguns anos, podemos olhar criticamente se realmente tem uma melhor política de trabalho e enfrentamento a este problema visto sua limitação de abordagem metodológica que busca de informar, dar acesso a dados e números de usuários de drogas as crianças e adolescente que participam do projeto, o que nos impede de imaginar que outros projetos de prevenção não se apresentariam melhor em nosso estado perante nossa realidade social.

Outro ponto bastante interessante com relação à aceitação (compra) do PROERD como programa de prevenção as drogas institucionalizado nas policias militares dos estados, sendo este um programa importado dos EUA trás nos a indagação de uma questão de ser uma questão geopolítica de controle de drogas, pois nós não seríamos capazes de criar e promover nossos mecanismos próprios de defesa das drogas (ate mesmo as drogas que nos julgássemos necessárias o combate). Não será esta mais uma política internacional de intervenção e ou manipulação de costumes e maneiras em nosso país inserido por uma nação que em muito se diferencia da nossa em contextos econômicos, sociais e culturais?

4.3 O papel da Escola na prevenção do uso e do abuso de drogas

Há um consenso entre os autores de trabalhos na área da prevenção ao uso de drogas, independente da metodologia de abordagem com relação ao papel da escola nessa abordagem muito se tem falado também no papel da escola seja como agente transformador, seja como locus propiciador do ambiente que exacerba as condições para o uso de drogas (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Também podemos vislumbrar a escola como um espaço de interação, aprendizado, convívio e que seja livre de interferências externas, que transmita aos adolescentes através de sua estrutura educacional e equipe multidisciplinar confiança e estímulo, para ir movendo a roda do conhecimento. E que de forma isenta o jovem deva optar por suas escolhas e decisões da maneira que melhor opte, havendo o respeito às possíveis diferenças, e que seja um espaço do verdadeiro debate democrático com proposições saudáveis aos olhos do crescimento individual e coletivo dos grupos participantes deste espaço.

Uma realidade que tende a se aproximar da questão do uso de drogas é a da violência na escola, das mais diversas, seja na relação aluno-aluno ou aluno-professor. Este é um fato recorrente em todo o Brasil e, ao contrário do que se pensa, não se trata de um tema de preocupação apenas recente. Porém os motivos a qual geram esses atritos vêm acontecendo por motivos distintos do passado. Podemos acompanhar a publicação no artigo acadêmico: A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão, que mesmo em um contexto social distinto do nosso e em tempos também não condizente com o atual, visto que o mesmo relata acontecimento ocorrido na França. Porém assim cita uma situação análoga e ou muito próximo da realidade de escolas de nossa sociedade atual.

Os professores e a opinião pública pensam a violência como um fenômeno novo que teria surgido nos anos 80 e se teria desenvolvido nos anos 90. Na verdade, historicamente a questão da violência na escola não é tão nova. Assim, no século XIX, houve, em certas escolas do 2º grau, algumas explosões violentas, sancionadas com prisão. Da mesma forma, as relações entre alunos eram frequentemente bastante grosseiras nos estabelecimentos de ensino profissional dos anos 50 ou 60. Todavia, se a violência na escola não é um fenômeno radicalmente novo, ela assume formas que, estas sim, são novas (CHARLOT, 2002, p.432).

Ao falarmos em violência em instituições escolares precisamos compreender e termos uma noção de como é dividida esse tipo de acontecimentos e os fatores que lhe diferenciam, pois neste processo de enfrentamento das drogas e a violência é de grande valia esta distinção. Citamos três tipos de acontecimento (tomamos como referência o artigo acadêmico que trás o tema: Violência e educação: a perspectiva dos professores sobre a violência escolar de autoria de Adriana Dias de Oliveira. Doutoranda e mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, especialista em Educação pela PUC-SP e graduada em Ciências Sociais pela USP). 1) Violência na escola: a reproduzida no espaço escolar porém não há nenhuma ligação direta com as atividades da instituição escolar; quando um grupo de pessoas entra na escola para acertar contas por disputas do bairro; a escola e o local de acontecimento por ocasião poderiam ser na feira, igreja na praça pública; 2) Violência à escola: e o fato diretamente ligado as atividades escolares e quando há algum tipo de dano provocado à escola (física) houve um dano, quebra de móveis incêndio ou quando acontece insulto ou agressão a servidor (professor, secretário, diretor) se visa denegrir a instituição ou algo que a represente; e 3) Violência da escola: trata-se da violência institucional, quando a escola por meio de maneiras e modos é desferida através de seus agentes algum tipo de agressão considerado pelos alunos (composição das classes, atribuição de notas, maneira de tratamento dos adultos, insultos, injúria, ou algum ato repudiável) (OLIVEIRA, 2011).

Frente a estes diversos conflitos, a administração escolar tem o papel de buscar novas maneiras e formas de resolução dos conflitos escolares e dos comportamentos relacionados ao uso de drogas. Devemos citar os dois setores da unidade escolar, Equipe Pedagógica e a equipe multidisciplinar: Professores e monitores respectivamente. Todos têm a tarefa de maior importância e responsabilidade para observação, detecção pelo mapeamento e acompanhamento junto com a família, tanto planejamento e gestão do conflito como maneiras pedagógicas que darão maior suporte aos desafios desta realidade nas instituições de ensino.

A equipe pedagógica divide suas tarefas em duas linhas de trabalho na escola (suporte equipe docentes e acompanhamento de alunos e pais) deve ser qualificada para dar suporte ao professor ou diretamente ao aluno, principalmente quando a demanda apresentar casos que distorçam do dia a dia como, violência da escola ou violência na escola, ou provocada pelo um fator externo à escola, porém que apresente resultados diretos no desenvolvimento, rendimento escolar. É esta equipe que realiza o acompanhamento e interação com a família, que por sua vez, deve realizar também não suas funções e deveres buscando um sincronismo e interação harmônica com a equipe pedagógica. Esta atitude é de um valor imenso na formação da criança/jovem durante o período escolar de maior vulnerabilidade, como é mostrado em um artigo acadêmico obtido através de entrevistas com roteiro semiestruturado, realizados em escolas municipais de São Paulo:

As formas de enfrentamento destes problemas são as mais variadas; desde reações passivas da equipe docente descritas como: 'imobilismo gerado pelo medo e desconhecimento' (CP1) a ações punitivas ou repressoras e até atitudes compreensivas e inclusivas, incluindo trabalho conjunto com a comunidade, visitas domiciliares e trabalhos personalizados (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006, p.813).

Claro que a escola busca adquirir material humano de excelente formação e na ausência, dar meios para esta capacitação como auxiliar e oferecer suporte necessário a este processo, utilizando dos meios disponíveis para a realização da capacitação da equipe multidisciplinar da escola. Acompanhada de um espaço saudável e com ferramentas e meios para a realização do trabalho, um acompanhamento mútuo das variáveis disponíveis buscando uma socialização visando gerir os conflitos e problemas (comportamentos desviantes, supostamente relacionados ao uso de drogas) ocorridos no decorrer da realização dos trabalhos no ambiente escolar, procurando afirmar o trabalho pedagógico realizado, buscando uma relação de mais proximidade e saudável fortalecendo e estreitando os laços na busca do objetivo comum, educação de qualidade satisfatória com uma formação dos jovens, voltada aos respeito às diferenças.

Em relação ao professor, incumbe a ele a missão de diariamente criar atividades e promover as dinâmicas educativas que busquem a prevenção e promova o ensino, muitas vezes sem o devido apoio institucional, sem os devidos equipamentos e recursos para se trabalhar e obter o resultado desejado. Deve contar com o educador maior da criança, a família. Esta não pode se furtar dessa parceria juntamente com o professor (escola) e no caso do PROERD este desafio é dividido com a polícia. Lembrando que a filosofia de trabalho do PROERD tem como triângulo de combate às drogas e a violência família: o PROERD, a escola e a polícia. Com o propósito de unir forças e compartilhar experiências nesse propósito de prevenir e combater as drogas e a violência.

As crianças do 5º ano buscam normalmente referências para suas vidas. Além dos pais e professores, as crianças veem nos policiais uma pessoa com quem se pode identificar. Elas criam vínculo com os instrutores e os tem como referência de polícia fora do ambiente escolar. Já os alunos da faixa etária do ensino médio adquiriram uma bagagem de vida maior, sobretudo ligada à vivência com a criminalidade. Isso faz com que eles recebam as informações do Proerd com mais receio (BATISTA, 2009 *apud* ORZIL, 2010, p.33).

Como não diferente dos demais educadores, os incumbidos desta missão de trabalhar no combate às drogas e a violência também devem rotineiramente ter o desafio de buscar meios e circunstâncias que facilitem a dinâmica da aprendizagem e melhor absolição das medidas preventivas propostas.

Buscarem abordagens que proporcionem as crianças e adolescentes um ambiente acolhedor e respeitoso que possa gerar diálogos que primem pela troca de experiências e gerem proposições saudáveis e menos tradicionais, buscando apoio da pedagogia para respeitar as diferenças sociais entre os abordados. Fatores estes em algumas vezes influenciadores em comportamento dito como desvirtuante, onde primar pelo respeito às diferenças é o começo de uma boa gerência no ensino, para crianças e adolescente, principalmente quando a instituição está inserida em áreas que tenha histórico de agressão, tanto na comunidade quanto na escola, o professor (instrutor) e a família servirão de referência para a criança seguir como norte na tomada de decisão de suas escolhas. Conforme Cassimiro(2009, p.21):

[...] a prevenção primária visa intervir antes que os problemas surjam e para isso deve atentar para três pontos essenciais: 1) Deve ser precoce, isto é, aplicada às crianças através da oferta de atividades assinalaram, criativas e educativas; 2) Deve estar inserida em uma visão mais ampla da educação para a saúde, a fim de tornar atraentes as regras propostas para uma vida saudável; e 3) Deve se apoiar nos chamados educadores naturais, em

especial os pais e os professores. Como programa que visa evitar a ocorrência do problema, isto é, diminuir a incidência e prevenir o uso da droga antes que ele se inicie, essa intervenção primária destina-se a duas faixas etárias: 1) Jovens, dando-se atenção aos problemas da infância e da adolescência em todos os seus aspectos (fisiológicos, psicológicos e sócio-culturais) e, desse modo, incluindo todos os jovens e não somente àqueles que se consideram como susceptíveis ao uso da droga e 2) Adultos, fornecendo a estes os conhecimentos básicos que lhes permitam orientar aos jovens, levando-os a refletir sobre a questão e a se engajarem, assumindo o papel de educadores.

O ambiente escolar que deve ser pautado no respeito e aprendizado, com buscas e descobertas de novos desafios, onde deve prevalecer fortemente o respeito mútuo entre as partes, vêm sofrendo com constantes abalos principalmente no tocante a agressões físicas. Este momento se faz necessário o aparecimento de inovações e novos modelos que visem gerir esse problema assegurando resolubilidade as partes, sem nenhuma perda em seus direitos e deveres fundamentais perante as instituições escolares.

5. REFLEXÕES METODOLÓGICAS

O presente projeto define-se como uma pesquisa qualitativa baseada em trabalho de campo e entrevistas com indivíduos engajados na prevenção do uso de drogas por meio do PROERD (programa educacional de redução as drogas), assim como com o público alvo da intervenção. Através da observação dos procedimentos utilizados pelos indivíduos durante a aplicação podemos obter informações mais precisas e fidedignas sobre a realização do trabalho de combate as drogas, seus desafios, inovações e dificuldades. A pesquisa seguirá basicamente a sequência sugerida abaixo:

[...] o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, num primeiro momento, que se faça uma pesquisa bibliográfica. Num segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis (BONI; QUARESMA, 2005, p.70).

Resolvemos escolher uma escola municipal de ensino fundamental do município de Maracanaú como “laboratório” de pesquisa, através de observações e capturas de

momentos com os entrevistados para buscarmos, nos momentos oportunos, ações e interações que pudessem nos ajudar a compor este quebra-cabeça social de diversas peças neste ambiente, tão importante para as crianças como o escolar.

A pesquisa de campo se dará pela busca da impessoalidade profissional, pois não estarei na condição de policial militar que sou, tão pouco instrutor do programa (cargo ocupado por policiais militares). Estarei na figura de um pesquisador, buscando a imparcialidade perante os fatos acontecidos, buscando também um comportamento harmonioso, justificável e aceitável sem causar interferências no processo natural da vivência do ambiente escolar e a construção de um olhar objetivo e próprio, livre de qualquer influência institucional. Será necessário estar aberto aos fatos ocorridos sem idéias pré-concebidas, pois estaremos vislumbrando um ambiente com diversos integrantes com uma pluralidade social extensa e com realidades que merecem e devem ser respeitadas.

Para alcançar uma boa pesquisa é necessário escolher as pessoas que serão investigadas, sendo que, na medida do possível estas pessoas sejam já conhecidas pelo pesquisador ou apresentadas a ele por outras pessoas (BONI; QUARESMA, 2005, p.76). Além disso, será importante adotar a prática de registro em caderno de notas para informações e acontecimentos. Conforme Lüdke e André (1986, p.26): “A experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno.” Tendo como principal meio de investigação o observador, pois este “[...] pode recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como complemento no processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.26).

Perante a diversidade dos públicos abordados neste trabalho será necessária a utilização de diferentes técnicas de coletas de dados, pois trabalharemos com adultos e crianças, que necessitam de uma metodologia distinta de coleta de dados.

Com os instrutores e profissionais da escola (professores) serão realizadas entrevistas semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas são construídas com perguntas pré-definidas, porém com um espaço amplo no qual o entrevistado terá a liberdade de discorrer sobre a pergunta como desejar, deixando-o bem confortável para responder as perguntas em análise. Esta entrevista se encaixa melhor também por permitir o anonimato, caso seja necessário. Será importante para passar confiança e segurança ao entrevistado, buscando transparecer isenção nos questionamentos, pois “a entrevista-conversa é um momento de interação por excelência” (SARAMAGO, 2001, p.15). Será o momento da troca de experiência em que, para o abordado, será momento de avaliação da confiança no entrevistador.

A pesquisa com crianças será um grande desafio metodológico. Diferentemente da metodologia aplicada ao adulto, o trabalho com crianças envolve uma maior dedicação e empenho do entrevistador em redobrar ainda mais a atenção em fatores que irão nortear o processo. Uma abordagem frequente, e que se buscará evitar, é menosprezar a criança, considerando-a como um ser que não tenha muito a oferecer ao entrevistador, que suas informações sejam “insignificantes” ou “descartáveis” por não haver uma confiança no material repassado durante a entrevista.

As entrevistas serão feitas na forma de uma “entrevista-conversa em grupo”, que será montado em grupos de seis a oito integrantes, buscando-se proporcionar um ambiente confortável para a criança, de forma a ajudar em sua participação espontânea. Poderão ser utilizados espaços como o parquinho, a biblioteca, o pátio da escola, ou qualquer local detectado como isento, que não terá interferência na concentração e participação dos entrevistados:

A entrevista-conversa de grupo permite abordar temas mais abrangentes e considera os menos delicados para as crianças. Nestes casos, a elaboração da estrutura da entrevista é planejada com cuidados adicionais, uma vez que cada interveniente tem a possibilidade de introduzir novas pistas de debate, o que pode tornar mais complicada a tarefa de direcionar o grupo para os núcleos temáticos definidos. Este tipo de entrevista-conversa é particularmente adequado às fases exploratórias dos trabalhos de pesquisa com crianças (SARAMAGO, 2001, p.19).

Durante as entrevistas, de acordo com a necessidade e conveniência, será possível utilizar formas lúdicas, maneira de ter a participação de todas as crianças do grupo estimulando e respeitando a individualidade de cada participante. “Cabe ao investigador, nestes casos, adequar a atividade às capacidades em causa, procurando valorizar todas às participações, numa atitude de profundo respeito pela individualidade de cada criança” (SARAMAGO, 2001, p.23). Deverá haver uma atenção do entrevistador durante a entrevista, quando acontecer estímulos e reações às respostas, pois se configuram marcas concretas de suas vivências e interações sociais, questões estas importantíssimas em uma entrevista.

Quanto à análise do conteúdo, estaremos pautados no princípio da compreensão e interpretação das representações sociais, segundo o qual “o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso. Quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão” (DUARTE, 2002, p.144).

REFERÊNCIAS

- ADADE, Mariana; MONTEIRO, Simone. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n 1, p. 215-230, jan./mar. 2004. <http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n1/aop1140.pdf> Acesso em: 21 ago. 2018.
- BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, [online], v. 2, n. 1, ano 3, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>- Acesso em: 19 set. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm Acesso em: 20 set. 2018.
- CANOLETTI, B.; SOARES, C. B. Programas de prevenção ao consumo de drogas no Brasil: uma análise da produção científica de 1991 a 2001. **Interfase**: Comunicação, Saúde, Educação. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2005.v9n16/115-129/pt> Acesso em: 19 set. 2018.
- CASSIMIRO, Regina Magda Alves. A importância da prevenção na luta contra as drogas. 49f. (Especialização em Execução de Políticas de Segurança Pública). Pós-graduação em execução de políticas de segurança pública, Academia Nacional de Polícia, Brasília, 2009. <http://www.pf.gov.br/anp/institucional/prevencao-as-drogas-gpred/arquivos/regina> Acesso em: 03 jul. 2018.
- CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, jul/dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf> Acesso em: 15 jun. 2018.
- COSTA, A. G.; CAMURÇA, V. V.; BRAGA, J. M.; TATMATSU, D. I. B. Drogas em áreas de risco: o que dizem os jovens. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, n. 22, v. 2, p. 803-819, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v22n2/21.pdf> Acesso em: 24 jul. 2018.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], n. 115, p. 139-154, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf> Acesso em: 21 mar. 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: _____. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Cap. 3, p.25-44. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_cap3.pdf Acesso em: 19 ago. 2018.

MOREIRA, F. G.; SILVEIRA, D. X. da; ANDREOLI, S. B. Situações relacionadas ao uso indevido de drogas nas escolas públicas da cidade de São Paulo. **Revista Saúde Pública**, [s.l.] v. 40, n. 5, p. 810-817, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n5/10.pdf> Acesso em: 23 mai. 2018.

NOTO, Ana Regina; GALDURÓZ, José Carlos F. O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil. **Ciências & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 145-151, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7137.pdf> Acesso em: 29 jul. 2018.

OLIVEIRA, Adriana Dias de. violência e educação: a perspectiva dos professores sobre a violência escolar. **Ponto-e-vírgula**, n.10, p.57-73, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/download/13900/10224> Acesso em: 10 ago. 2018.

OLIVEIRA, Ednaldo Ribeiro de; FROTA, Francisco Horacio da Silva. O PROERD como Política Pública de Prevenção às Drogas: ação e atuação da Polícia Militar do Ceará (2001-10). **Revista do estrado Profissional em Planejamento em Políticas Públicas**, [online], n. 9, p. 35-55, 2013. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=politicaspublicasemdebate&page=article&op=view&path%5B%5D=1007&path%5B%5D=959> Acesso em: 24 set. 2018.

ORZIL, Camila de Lima. A percepção dos agentes e alunos do Proerd sobre o programa. 44f. (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9BDG95/monografia_final_12_12_10.pdf?sequence=1 Acesso em: 15 fev. 2018.

RATEKE, Deise. **A Escola Pública e o PROERD: Tramas do Agir Policial na Prevenção às Drogas e às Violências**. 143 f. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89191/227509.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 14 set. 2018.

SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa. Metodologias de pesquisa empírica com crianças. **Sociologia, problemas e práticas**, [s.l.], n. 35, p. 9-29, 2001. Disponível em: <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/5/52.pdf> Acesso em: 23 set. 2018.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Revista & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 10, n. 3, p. 707-717, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n3/a27v10n3.pdf> Acesso em: 25 set. 2018.

SOARES, Cassia Baldini. **Adolescentes, drogas e AIDS:** avaliando a prevenção e levantando necessidades. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48132/tde-05102006-112624/pt-br.php> Acesso em: 20 mar. 2018.

APÊNDICES

APENDICE A - IMAGEM SIMBOLO DO PROERD



APENDICE B - IMAGENS DA ESCOLA

FIGURA 1- AULA PROERD SALA 1



Fonte: arquivo pessoal (2018).

FIGURA 2 AULA PROERD SALA 2



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

FIGURA 3- AULA DE CAMPO SOBRE FUMO, CIGARRO, PARTICIPAÇÃO GCM MESTRANDO CURSO QUÍMICA UFC



Fonte: arquivo pessoal (2018).

FIGURA 4 - AULA DE CAMPO COM AS DUAS TURMAS



Fonte: arquivo pessoal (2018).